

Bancos Centrais podem cobrir parte do débito de US\$ 400 milhões

por Tom Camargo
de Londres

Ao final da tarde de ontem, pelo menos dois dos mais importantes bancos centrais do Ocidente já haviam sido consultados — e teriam acedido — sobre a possibilidade de virem a cobrir parte dos US\$ 400 milhões que o Brasil deveria pagar hoje ao Banco para Compensações Internacionais.

O Banco da Inglaterra e o Bundesbank (Alemanha) participariam de uma complexa armação contábil destinada a gerar os fundos não só para que o Brasil pudesse cumprir seu compromisso depois de duas sucessivas protelações, mas também capaz de salvar a face daquele que é o banco central dos bancos centrais.

Depois que o presidente da instituição, Fritz Leutwiler, afirmou, na última segunda-feira, que não previa um novo adiamento — e que não via razões para concedê-lo —, começou-se a indagar que tipo de consequência poderia trazer um novo atraso, causado pela falta de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos desembolsos estão casados com a quitação do BIS.

"Leutwiler falou à imprensa antes de escutar os demais bancos centrais", disse ontem a este jornal o porta-voz de um dos maiores bancos ingleses. O tom pouco conciliador do presidente do BIS não refletiria, portanto, o consenso da casa. Na City, diz aquela fonte, não houve preocupação com a eventual colocação do Brasil em "default". O que teria havido seria "um certo desânimo pelo atropelo de Leutwiler".

IMPOSIÇÃO

Mesmo no BIS, na Basileia, Suíça, procura-se minimizar o caráter impositivo da posição de seu presidente. Um porta-voz da organização observou que a imprensa teria "salgado" suas declarações. "Como se pode estender um empréstimo se a extensão não foi pedida pelo credor?", disse.

Nessa altura, contudo, o Banco para Compensações Internacionais deverá mesmo deixar a cena para outros figurantes. A menos que o acordo com FMI seja tão redondo que um atraso de mais alguns dias, necessários para que a direção de Fundo sacramento as novas regras, passaria para um segundo plano. Na hipótese de que Leutwiler insista que hoje é o dia D, os novos emprestadores deverão ser os bancos centrais e o Tesouro norteamericano, que cobriria com recursos de seu fundo de estabilização aquilo que o Federal Reserve teria direito nessa "tranche".

Dos US\$ 1,45 bilhão emprestados pelo BIS, US\$ 250 milhões vieram da Arábia Saudita, US\$ 500 milhões

dos Estados Unidos e o restante de cerca de uma dezena de outros bancos centrais.

"Os bancos comerciais não participarão desse acordo em nenhuma hipótese", disse um banqueiro da City. "Se o BIS é o chamado emprestador de última instância não pode dizer não numa hora dessas".

O que o presidente do BIS pretende ter atingido é um outro alvo que não os banqueiros de países ricos. Subitamente alçado à posição de principal fornecedor de "bridge-loans" para países de caixa em baixa, o BIS parece temer que aquilo que era apenas um encargo de circunstância se transforme numa atribuição permanente.

A idéia original seria de que o banco atenderia apenas a operações de curto prazo, não superiores a 90 dias, capazes de manter um país em dificuldades apto a honrar o pagamento de juros e a fazer a importação de produtos essenciais.

EXIGÊNCIAS

Nos últimos dez meses, todavia, não só o banco engajou-se num rio de empréstimos como também se viu obrigado a afrouxar suas exigências quanto às garantias dadas pelos tomadores. A cada empréstimo concedido haveria de se ter uma garantia respaldada por ativos do tomador. Ouro sempre foi a caução preferida, mas cada vez mais escassa. Mais ou menos em outubro de 1982, a Iugoslávia pediu US\$ 500 milhões, por três anos, sem o oferecimento de garantias reais. Teve a solicitação recusada.

Outros foram bem-sucedidos. A própria Iugoslávia recebeu os US\$ 500 milhões, mas para pagamento em 90 dias. Outros tomadores foram a Hungria (US\$ 810 milhões), o México (Cr\$ 1,85 bilhão), a Argentina, (US\$ 500 milhões) e Portugal (US\$ 300 milhões, ainda em estudo).

CAPTAÇÃO

O grosso do dinheiro para empréstimos é apanhado pelo BIS junto aos grandes bancos centrais. São depósitos de curto prazo, na medida em que os próprios depositantes muitas vezes são obrigados a atender a demandas em seus países de origem ou necessitam de moeda forte para, por exemplo, entrar no mercado na defesa de sua própria divisa.

O dinheiro para pagar operações montadas pelo BIS teria, portanto de já ter sua origem definida quando os papéis fossem assinados. O FMI tem sido, na quase totalidade dos casos, o segundo emprestador a entrar na liça. Quando ele se atrasa, por julgar que o tomador não se curva a suas exigências antissépticas, é inevitável que não haja como pagar o banco de Leutwiler.